



Plansab

Saneamento com visão no futuro



Entrevista

Carlos Eduardo

Morelli Tucci

Consultor em Gestão
dos Recursos Hídricos

Opinião

Cassilda Teixeira de Carvalho

Saneamento pode gerar mais de
meio milhão de empregos por ano



CUIDAR DA SUA CALÇADA É SINAL DE AMOR PELA CIDADE. E RESPEITO PELAS PESSOAS.

Quem curte Porto Alegre cuida da calçada da sua casa ou do seu comércio. A calçada é responsabilidade do proprietário e, para unir moradores e empresários, a Prefeitura está promovendo um movimento para que todos cuidem de suas calçadas, melhorando a mobilidade e a qualidade de vida. A iniciativa vai começar no Centro Histórico e na Cidade Baixa, com ações de revitalização e fiscalização, e será ampliada gradativamente. **Minha Calçada: Eu curto. Eu cuido.** Uma campanha da Prefeitura e de todos os porto-alegrenses.

www.eucurtoeucuido.com.br



A população brasileira terá papel fundamental na implantação do Plansab

A partir da implantação do Plano Nacional de Saneamento (Plansab), caberá à população brasileira acompanhar sua execução e exigir o cumprimento de suas metas. Mas também caberá à população fazer a sua parte, contribuindo e participando de ações que busquem sua própria melhoria de vida.

É fundamental que haja envolvimento da comunidade no uso adequado das redes, tanto no tratamento da água e do esgoto quanto na drenagem e na destinação dos resíduos sólidos, pois não adianta receber infraestrutura nesta área se ela não for corretamente utilizada. Mas, tanto os serviços como as empresas de saneamento terão que estar preparados para investir em suas gestões. Só assim teremos um caminho afinado entre a prestação do serviço e a satisfação dos clientes.

Nesta edição da Revista ECOS, destacamos a entrevista do professor e consultor em recursos hídricos Carlos Eduardo Morelli Tucci. Ele diz que falta definição no setor quando se trata de estabelecer metas e objetivos. Mesmo assim, está otimista com os avanços obtidos pelo Brasil.

Na seção Ambiente, o leitor encontrará informações relativas ao Projeto da Orla do Guaíba, que será elaborado por um dos urbanistas mais destacados do país, o arquiteto Jaime Lener. Esse projeto vai transformar e valorizar um trecho de 5,9 quilômetros da orla, entre a Usina do Gasômetro e o arroio Cavalhada, na Zona Sul da cidade.

A ECOS apresenta, ainda, uma reportagem sobre o “Programa de Revitalização da Bacia do Arroio Dilúvio: um futuro possível”, cujo protocolo de cooperação, entre as prefeituras de Porto Alegre e Viamão, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, foi assinado em dezembro de 2011.

Para finalizar, na seção Opinião há um artigo da presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Cassilda Teixeira de Carvalho, em que ela enfatiza o papel do setor do saneamento na melhoria da qualidade de vida da população e no aumento da geração de emprego, o que reflete positivamente na economia do país.



Porto Alegre:



DMAE
50 ANOS

Prefeitura de
**PORTO
ALEGRE**

Nossa cidade, nosso futuro.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Departamento Municipal de Água e Esgotos

Supervisão de Comunicação Social da PMPA

CONSELHO EDITORIAL:

Adriana Nascimento Machado (DEP)
Antônio Goulart (ARI)
Belkys Gonçalves Bittencourt (Pucrs)
Cibele Carneiro da Silva (Smam)
Deisy Maria Andrade Batista (Abes-RS)
Flávio Ferreira Presser (Dmae)
Iara Conceição Morandi (Dmae)
Luiz Fernando Cybis (Ufrgs)
Magda Cristina Granata (Dmae)
Nádia Maria Lorini (Unidmae)
Roberto Azevedo (DMLU)
Silvana Barletta (Sema)

COORDENADORA DA UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Angélica Ritter, Mtb 11010

EDIÇÃO

Maria de Lourdes da Cunha Wolff, Mtb 6535

FOTO DA CAPA

Acervo DMLU e DEP
Ivo Gonçalves
Vera Lúcia Petersen

DIAGRAMAÇÃO e REVISÃO

Imagine Design

COLABORADORES

Karina dos Santos Viana
Leonardo Simões Aquino
Renata Krás

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Líder Ltda Epp.

TIRAGEM

4.000 exemplares

Notas da Redação

Envie sua colaboração para a redação
Unidade Técnica do Dmae, Rua 24 de Outubro, 200
CEP 90510-000 - Porto Alegre (RS)
Fone: (51) 3289-9724, Fax: (51) 3289-9286



Renata Krás

6 ENTREVISTA Carlos Eduardo Morelli Tucci:

“Somos um país de muitos direitos e poucos deveres, e isso se reflete na gestão dos recursos hídricos.”

20 REPORTAGEM Brasil tem plano de saneamento para os próximos 20 anos

A participação da população será decisiva na implantação do Plansab nos próximos 20 anos.



A Revista Ecos é uma publicação quadrimestral do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), com circulação nacional e distribuição gratuita, registrada sob o nº 775.831 no Cartório de Registro Especial, Comarca de Porto Alegre (RS) - ISSN 0104-5261.

Os artigos e textos publicados são de responsabilidade de seus autores. A reprodução destes, bem como das fotos e ilustrações, é permitida desde que sejam citadas a autoria e a fonte. A redação solicita que seja comunicada a transcrição, referência ou apreciação dos artigos e reportagens publicados na revista.

11 AMBIENTE

Orla do Guaíba: um novo parque de lazer para Porto Alegre

Projeto da Orla do Guaíba vai revitalizar uma área de 5,9 quilômetros entre a Usina do Gasômetro e o arroio Cavalhada, na Zona Sul da cidade.

A primeira capital do Brasil com coleta automatizada de lixo

A coleta automatizada do lixo foi instalada numa área piloto que alcança cinco bairros da região central da capital gaúcha.

Porto Alegre recebe várias obras contra alagamentos

Investimentos em drenagem urbana em várias regiões da cidade levaram Porto Alegre ao reconhecimento, pelo meio técnico e acadêmico, como uma das cidades mais inovadoras na área de drenagem urbana do Brasil.



Vera Lucia Pertersen

27 PRESERVAÇÃO

Porto Alegre e Viamão planejam a recuperação da bacia do Dilúvio

Foi assinado o Protocolo de Cooperação entre as prefeituras de Porto Alegre e Viamão, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

31 GESTÃO

Dmae prepara modernização do Conselho Deliberativo

Para o consultor em saneamento do BID, Fidel Humberto Cuéllar Boada, o governo cooperativo é uma solução tanto para empresas públicas como para empresas privadas.



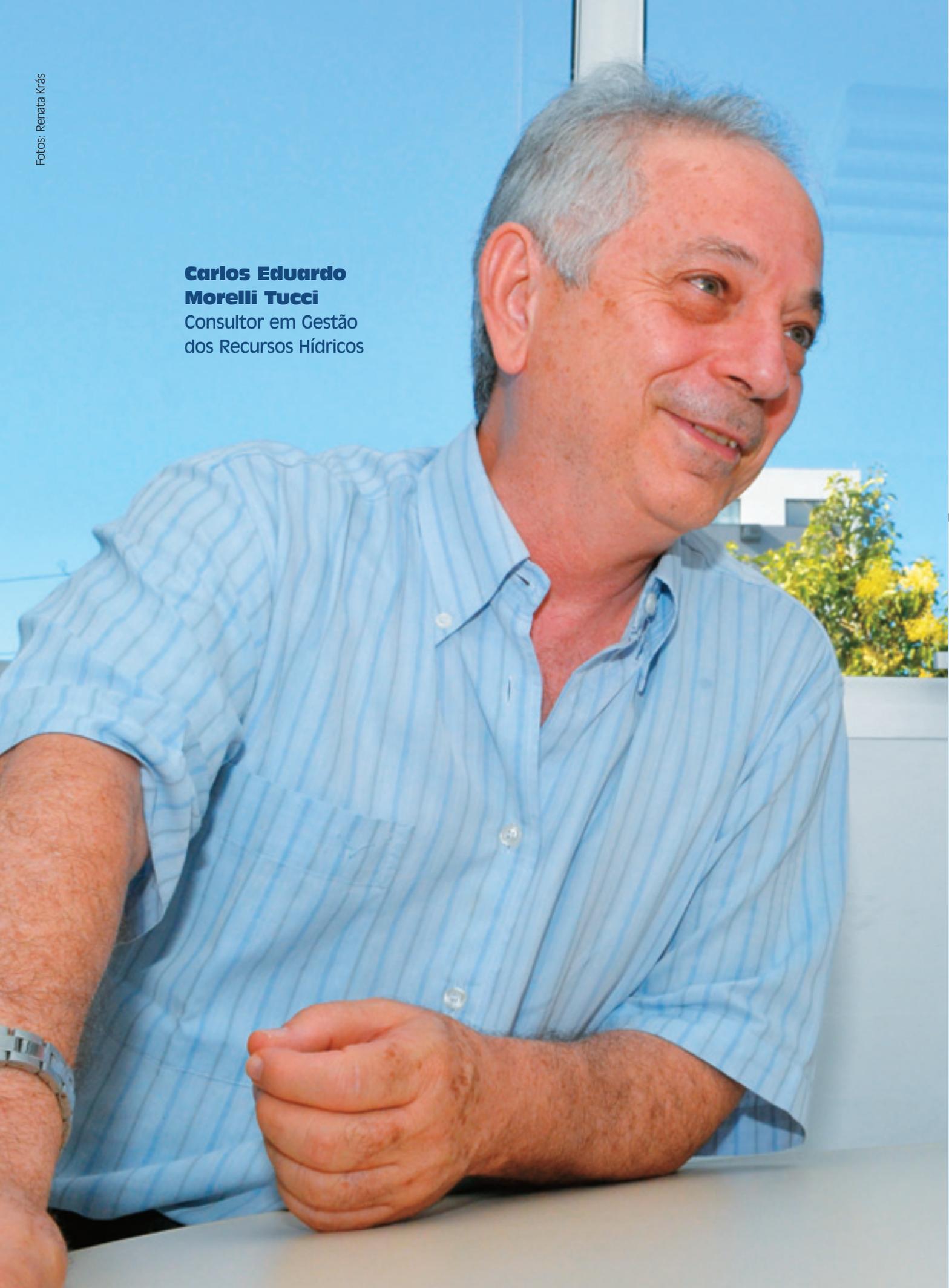
Gabriela Murillo/Divulgação PMPA

36 OPINIÃO

Saneamento pode gerar mais de meio milhão de empregos por ano

Com a palavra, a presidente nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Cassilda Teixeira de Carvalho.

**Carlos Eduardo
Morelli Tucci**
Consultor em Gestão
dos Recursos Hídricos



CARLOS EDUARDO MORELLI TUCCI:

“Somos um país de muitos direitos e poucos deveres, e isso se reflete na gestão dos recursos hídricos”

Carlos Eduardo Morelli Tucci é professor aposentado do IPH da Ufrgs e uma autoridade nacional em recursos hídricos, tendo participado de diversas discussões nacionais e internacionais sobre o tema. Atualmente, mantém em Porto Alegre uma empresa de consultoria na área ambiental. Nesta entrevista à Revista ECOS, o professor Tucci faz uma apreciação do momento vivido atualmente no Brasil no setor de recursos hídricos. Ele diz que falta definição no setor quando se trata de estabelecer metas e objetivos, e também quando se trata de definir os responsáveis pelo processo, o que resulta em excesso de representação e pouca decisão. Mesmo assim, vê com otimismo a posição do Brasil no setor, considerando que mesmo os países desenvolvidos ainda não resolveram adequadamente a questão. O Brasil, pelo menos, já se preocupou com a formação da sua legislação e com a formatação das questões de gestão, embora os resultados desse processo ainda sejam pequenos.



“Não estamos organizados para a gestão de eventos extremos: estão aí os acontecimentos de todo dia para mostrar que não temos nada sobre o assunto.”

Por Ademair Vargas de Freitas
jornalista



Ecoss - Professor, o Brasil está entre os países que mais dispõem de recursos hídricos e, ao mesmo tempo, aproveita de forma pouco eficiente todo o potencial que a natureza oferece. O que está errado?

Tucci - Eu não acredito que o Brasil esteja num estágio tão ruim. O que falta é preparo de vários setores. Mesmo nos países desenvolvidos, não há um desenvolvimento tão grande na parte de gestão de recursos hídricos. Existe gestão setorial, mas não existe gestão integrada, como deveria ser. Ao longo dos últimos anos, o Brasil se destacou na formação da sua legislação e na formatação das questões de gestão, mas os resultados desse processo ainda são pequenos. Foi montado um sistema, mas esse sistema ainda não deu resultados. Estamos “perdidos no processo”: as pessoas estão ainda muito preocupadas com a forma e pouco preocupadas com o resultado. Não há metas, nem objetivos bem definidos. Mas é um processo, não se pode dizer que está péssimo, mas bom não está.

Ecoss - Qual seria a próxima etapa desse processo no rumo da gestão integrada?

Tucci - O próprio Plano Nacional de Recursos Hídricos tem três objetivos definidos: garantir a disponibilidade hídrica; racionalizar o uso da água; e promover a gestão de eventos extremos, como secas e enchentes. Até aí, tudo bem, mas está faltando discutir duas questões diretamente relacionadas com o ambiente: a qualidade da água e os problemas ambientais.

Ecoss - Isso não foi contemplado?

Tucci - Não como objetivo da lei. Além disso, não temos metas sobre esses objetivos. Por exemplo, não estamos organizados para a gestão de eventos extremos. A lei existe desde 1997 e não temos nenhuma estratégia para o assunto. Sobre disponibilidade hídrica e racionalização do uso da água tem havido algumas ações. Mas também não temos metas. As que estão no Plano Nacional de Recursos Hídricos são “metas de processo”: criar uma comissão, criar relação intergovernamental. Meta é algo quantitativo que define onde queremos chegar.

Brasil é o Comitê de Bacia do Rio dos Sinos. E o que é que acontece todos os anos nessa bacia? Mortandade de peixes. Como é que um comitê de bacia, que deve ter mais de 20 anos, não consegue evitar isso? As metodologias para avaliar o que se tem que fazer estão aí desde os anos 70. Não tem nenhum *hi-tec* para fazer isso. O que falta é: gestão, gestão, gestão. Com isso quero dizer que é preciso avaliar, quantificar (saber quanto custa) e executar.

Ecoss - Onde está a falha, professor?

Um comitê de bacia que não tem recursos e nem tomada de decisão vira um happy-hour: no final do dia, todo mundo vai pra casa e tudo continua do mesmo jeito.

Ecoss - Dê um exemplo.

Tucci - Todo mundo sabe, desde a década de 1980, que o maior problema em recursos do Brasil é a falta de tratamento de esgoto. Não temos nenhuma meta sobre o assunto, e tudo continua mais ou menos como era 14 anos atrás. Criamos comissões, gastamos homens-hora, criamos um grande número de comitês e de agências... E daí? Mudou? Ou não mudou? Essa é a pergunta que geralmente eu faço. A minha crítica ao sistema é que temos excesso de assembleias. Há um certo assembleísmo exagerado, com pouco resultado prático.

Vou dar outro exemplo. O mais antigo comitê de bacia do

Tucci - A falha está na falta de definição de quem são os responsáveis pelo processo, porque há excesso de representação e pouca decisão, além de poucos recursos. Na verdade, recursos não faltam. Um exemplo típico: o que se precisaria fazer numa bacia como a do rio dos Sinos? Eu faço uma quantificação das cargas industriais, agrícolas e domésticas. Simulo e vejo o que isso está impactando. E, agora, começo a dizer: quero reduzir esse impacto do tratamento de esgotos na cidade, cobrando o dano das indústrias, quero chegar ao nível de qualidade da água do rio de acordo com a lei de uma classe ambiental. Pra fa-

os resultados finais. Não estou dizendo que tudo o que foi feito está ruim, mas temos que ser mais pragmáticos. Fazer menos reuniões, estabelecer mais metas e buscar os recursos. Um comitê de bacia que não tem recursos e não tem tomada de decisão vira um *happy-hour*: no final do dia, todo mundo vai pra casa e tudo continua do mesmo jeito. E isso ainda acontece em grande parte do país.

Ecoss - Quando se fala em gestão aparecem duas questões. A primeira, de caráter político: é preciso ter vontade política para implementar a gestão. E a segunda são os recursos humanos qualificados. Como estamos nestes dois quesitos?

Tucci - A questão política é complexa porque temos muito governo e pouco estado, no país, de forma geral. Então, o que foi feito num governo não serve pro outro, mesmo sendo do mesmo partido. Temos projetos bons que sumiram. Um exemplo disso é o Prodes, um projeto do governo federal que hoje praticamente não tem dinheiro, porque mudou o governo.

Ecoss - Por que ele era bom?

Tucci - Era bom porque, em esgoto, dava subsídio, mas não cobrava por obra e sim pelo resultado, pela saída do efluente, se estava nas condições previstas. E ele dava em títulos públicos, resgatáveis apenas quando os resultados eram atingidos. Então, ele comprava resultados e não obra. Era uma filosofia muito boa, mas hoje é um pingote d'água no oceano do Brasil. Então, o problema do país é

não termos um estado para planejamento de longo prazo. Isso é político, puramente político. Hoje está melhorando. Até no governo federal, que contratou mais de 800 pessoas pelo Ministério do Planejamento para colocar nos ministérios. Melhorou, porque antes você não tinha nem com quem conversar. As carreiras valoradas no governo federal são as carreiras de fiscalização, que é Receita, Polícia e Judiciário. As de segunda classe são as que têm que planejar e fazer o país acontecer. Então, nós continuamos sendo um país de fiscais e não um país de realização. Vai ser sempre um país que vai ser muito bom, como é, em cobrar impostos, mas não em entregar para a sociedade resultados palpáveis.

O que nos falta é gestão, gestão, gestão. Com isso quero dizer que é preciso avaliar, quantificar (saber quanto custa) e executar.

Ecoss - E no que se refere aos recursos humanos qualificados?

Tucci - Acho que num certo nível o Brasil fez avanços. Na década de 80 houve um investimento muito grande na formação de nível superior e pós-graduação no exterior, e isso se refletiu. O que eu considero terrível é a formação primária e secundária, que ainda são extremamente deficientes. Vou apresentar alguns dados importantes. Um país cresce em economia por duas razões: por produtividade e por movimento de pessoas de uma classe mais baixa para uma classe melhor. Nisso o Brasil está bem, hoje. No

momento que tivermos esse reequilíbrio social, vamos entrar num estágio como Grécia, Itália e Portugal, e com um estado muito grande. O que vai acontecer? A produtividade do Brasil nos últimos dez anos é negativa. Significa que não estamos crescendo por inovação e produtividade, por causa de qualificação e das amarras que existem na administração do país. Nós fazemos tudo para que ninguém faça nada. Isso é uma infelicidade muito grande, porque a burocracia é tão odiosa... tem um monte de coisas que só tem no Brasil, como reconhecimento de firma, carimbar 500 vezes a mesma coisa. Isso tem um custo para a sociedade. Achar que vai se pegar o corrupto pedindo para ele "n" carim-

bos? Não vai pegar nunca! Só vai atrapalhar a massa da população brasileira.

Isso custa para o país. Por isso a nossa produtividade é negativa. E, se a produtividade continuar negativa, vamos chegar lá com uma classe média grande, vivendo a partir do estado, e vamos quebrar, como quebraram esses países. Para evitar isso, é preciso melhorar a educação primária a secundária, desamarrar o país, que está preso, hoje, do ponto de vista burocrático. Porque nós temos uma economia moderna dentro de um governo amarrado, preso em si próprio. Se o Brasil melhorar, nesse sentido, vamos ter

chance de ter algum sucesso no futuro.

Ecos - Falar em recursos hídricos nos remete também para uma questão importante que é a preservação ambiental. O Brasil tem convivido com o desrespeito crescente de usuários, e o resultado tem sido um aumento da poluição. Como reverter esta situação?

Tucci - Acho que o país melhorou, embora esteja muito longe do ideal. Saímos de cenários péssimos de poluição em geral. Hoje, temos um sistema de licenciamento. O que eu sempre vejo é que o setor privado é mais controlado, e o mais difícil é controlar o setor público. De qualquer forma, temos que ir aprimorando o monitoramento, aprimorando as nossas instituições de licenciamento, tornando-as independentes, o que elas não são, pois dependem ainda da estrutura do estado. Mas esse é um processo de negociação permanente. Porque sempre haverá o desenvolvedor que quer fazer além do que pode e o licenciador que quer preservar além do que poderia ser razoável. Isso é um processo natural. Agora, o que nós precisamos, do ponto de vista de gestão, é nos antecipar às questões de poluentes e criar mais estratégias, que são avaliações ambientais regionais ou setoriais. Temos que criar estratégias sobre o que queremos para cada região em termos ambientais. Por exemplo: você vai numa bacia hidrográfica e quer fazer 200 barragens de PCH (pequenas centrais hidrelétricas). Se você analisar uma por uma, você aprova todas. Mas, se for estratégico, se per-

guntará: onde eu quero preservar e onde posso permitir que haja desenvolvimento. E um paga a conservação do outro. Criar estratégias de incentivo a mecanismos econômicos de sustentabilidade. Isso vale para a indústria, porque o setor privado quer regras bem definidas, com o mínimo de incerteza. E criando essas regras dentro de uma estratégia mais regional você dá mais sustentabilidade e alinha o desenvolvimento à conservação e preservação do meio ambiente.

É preciso criar um programa integrado, com metas, com responsável, que reúna as contribuições dos diferentes ministérios.

Ecos - A questão do rio dos Sinos, por que não chegamos ainda a uma solução?

Tucci - Só pra dar um exemplo: não tem tratamento de esgoto em toda a bacia, e a população continua crescendo. Também existe a poluição industrial, que tem algum controle mas que ainda precisa ser aprimorado, porque à noite as indústrias podem soltar seus despejos. Quem vai saber? Desde a década de 80 existe monitoramento com tanques de peixes (você sabe o estresse em que o peixe entra quando soltam água poluída). Hoje, existem sistemas eletrônicos de monitoramento. Mas nem chegamos ao básico, que é tratar o esgoto das cidades do vale do Sinos. O que se deveria fazer? Um programa de despoluição do rio

dos Sinos. Analisar todas as cargas que estão lá para saber quanto eu tenho que tratar. Se até agora eu não sei isso, então, até agora sequer comecei a fazer algo. E fico lamentando todos os anos pelos peixes mortos.

Ecos - As diferentes pastas governamentais para tratar de recursos hídricos, saneamento e meio ambiente não dificultam uma ação mais efetiva e eficiente dos recursos e projetos disponíveis?

Tucci - É evidente. O setor de recursos hídricos, por ser multidisciplinar, está fragmentado no governo, uns quatro ou cinco ministérios tratam do assunto. Agora estão buscando soluções com relação às enchentes. Aí se tem um pedacinho do Ministério da Ciência da Tecnologia, um pedacinho do Ministério do Meio Ambiente, um pedacinho... e assim vai. Então, é algo que não pode funcionar. É preciso criar um programa integrado, com metas, com responsável, que reúna as contribuições dos diferentes ministérios.

Ecos - No momento em que se fala em Plano Nacional de Saneamento (Plansab), como se encaixa nesta proposta a gestão hídrica?

Tucci - Esse plano é recente, ainda não o conheço em detalhes, mas se ele não tiver metas para o saneamento para o país, ainda não estará completo. Para ser um plano de saneamento, precisa indicar, por região, quando vamos ter aumento da cobertura de tratamento de esgoto e a redução das cargas lançadas nos rios. Se não, não é um plano, é um diagnóstico.

Orla do Guaíba: um novo parque de lazer para Porto Alegre

**Carolina Seeger
e Paula Aguiar**

Jornalistas, assessoras de Imprensa do Gabinete do Prefeito de Porto Alegre

Pela primeira vez na história da cidade, a extensão da Orla do Guaíba receberá investimento público para transformar a beira do lago em espaço completo de lazer para a população local e turistas. Um dos mais reconhecidos urbanistas do país, o arquiteto Jaime Lerner, foi contratado, em dezembro de 2011, pela Prefeitura para desenvolver uma proposta de revitalização unificada para os 5,9 quilômetros entre a Usina do Gasômetro e o arroio Cavalhada, na altura do Iate Clube Guaíba.

Para realizar o projeto, uma equipe do escritório de arquitetura de Lerner esteve na Capital como o objetivo de se apropriar da percepção dos porto-alegrenses sobre a orla e os hábitos da população na relação com o Guaíba. O estudo servirá de guia na elaboração das opções de lazer, prática esportiva e turismo, além da infraestrutura mais adequada e segura para o espaço.



Ricardo Stricher/PMPA





O escritório do urbanista será responsável por desenvolver o plano conceitual para o Parque Urbano da Orla do Guaíba e também os projetos executivos de arquitetura e paisagismo da primeira etapa de execução, que compreende o trecho entre a Usina do Gasômetro e a primeira curva da avenida Beira-rio, sentido centro-bairro. O objetivo é construir um planejamento integrado que garanta unidade nas instalações ao longo de toda a Orla.

Durante visita à Capital em dezembro do ano passado, para dar início aos trabalhos, Lerner disse que a revitalização da orla, integrada ao projeto do Cais Mauá, dará novo sentido ao lago Guaíba e à relação dos moradores com o espaço. “A revitalização promoverá integração da área do Guaíba com o centro da cidade, com o cotidiano do porto-alegrense”, disse. Conforme o urbanista, a sua equipe atuará de forma integrada com os técnicos do município, no trabalho pautado pelo respeito aos aspectos ambientais.

Infraestrutura

Ao longo dos 5,9 quilômetros de orla, a área a ser revitalizada totaliza mais de 56,7 hectares, que receberão terminal turístico para barcos de passeio, calçadão, ciclovia, banheiros, quadras esportivas, instalação de bancos e quiosques. Essas instalações integram o planejamento inicial da Prefeitura e serão enriquecidas por outras inovações a serem criadas pelos projetistas.

Diante da extensão e da complexidade da obra, o projeto será executado por etapas. As obras do primeiro trecho, entre a Usina do Gasômetro e a pri-

meira curva da avenida Beira-rio, devem começar no primeiro semestre de 2012. Após receber os projetos do escritório contratado, a Prefeitura realizará licitação para contratar a execução do serviço, custeado por recursos próprios do município.

Integração

A revitalização da Orla começa no momento em que a Capital recebe um conjunto de investimentos e projetos que modernizarão o espaço urbano, garantindo melhorias significativas para a infraestrutura e a qualidade de vida de quem mora ou visita Porto Alegre. O metrô, a revitalização do Cais Mauá, o aeromóvel e as obras de infraestrutura preparatórias à Copa de 2014 são conquistas que elevarão substancialmente o patamar de desenvolvimento da cidade.

O Centro Histórico, particularmente, vive um novo estágio na transformação empenhada ao longo dos últimos anos, com a concretização de sonhos antigos dos moradores. Ao colocar em prática a criação do Parque Urbano da Orla do Guaíba, a Prefeitura soma esforços à iniciativa privada, responsável pela execução do novo Cais Mauá, para estabelecer um espaço completo de lazer e entretenimento que será responsável por recuperar a relação das pessoas com o lago Guaíba.

Além dos 5,9 quilômetros da Orla que serão transformados pelo projeto da prefeitura, a revitalização do Cais Mauá dará nova vida ao trecho, de aproximadamente 2,5 quilômetros, da Rodoviária à Usina do Gasômetro. Os empreendedores projetam já para 2014 a entrega dos armazéns revitalizados para o funcionamento de bares, restaurantes, lojas e estabelecimentos culturais, em obras que devem começar no primeiro semestre deste ano. Ainda, o espaço receberá infraestrutura completa com a construção de prédios comerciais e mistos (residenciais e comerciais), gerando cerca de 9 mil empregos diretos e indiretos na operação, conforme projetos dos investidores.

Após as intervenções que a Prefeitura está empreendendo na Orla e o projeto de revitalização do Cais Mauá, os moradores e visitantes da Capital poderão desfrutar um espaço adequado para caminhadas e passeios de bicicleta na beira do lago, desde a Estação Rodoviária até o arroio Cavalhada. A integração e o pioneirismo dos projetos vão auxiliar na realização de um antigo sonho da população da cidade e na abertura de novas atrações turísticas, que agregam beleza, desenvolvimento econômico e respeito ao meio ambiente, gerando cada vez mais qualidade de vida para Porto Alegre.



A primeira capital do Brasil com coleta automatizada de lixo

Roberto Azevedo
Jornalista, assessor
de imprensa do DMLU

Na manhã de uma terça-feira de inverno, dia 12 de julho de 2011, o prefeito José Fortunati e o diretor-geral do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), Mário Moncks, estavam na simbólica Praça da Matriz, no Centro Histórico da cidade,

para receber o primeiro contêiner de coleta automatizada de lixo em uma capital brasileira. Na frente das sedes dos três poderes estava iniciando a fase de modernização da limpeza urbana de Porto Alegre.

“A estética mudou de um dia para o outro. Desapareceram os saquinhos de lixo das calçadas. As pessoas passaram a ter o conforto de des-

cartar o seu lixo a qualquer hora do dia ou da noite e, paradoxalmente, o Centro Histórico ficou muito mais limpo. Três mil metros cúbicos de lixo, que equivalem a um prédio de dez andares, ficaram protegidos da ação danosa da chuva e do vento, e fora do alcance dos animais. Os bueiros pararam de entupir e acabaram-se os alagamentos. Não é por acaso que as pes-

soas logo entenderam e aprovaram a mudança”, explica Mário Moncks.

A coleta automatizada do lixo foi instalada numa área piloto que alcança cinco bairros completos (Centro Histórico, Cidade Baixa, Independência, Bom Fim e Farroupilha) e parte de outros oito bairros (Praia de Belas, Menino Deus, Azenha, Santana, Rio Branco, Santa Cecília, Moinhos de Vento e Floresta). Esta área representa cerca de 9% da cidade, beneficia aproximadamente 124 mil moradores e está limitada pelo Guaíba a oeste, pela avenida Ipiranga ao sul, pelas avenidas Silva Só e Goethe e pela rua Dr. Timóteo a leste, e, a norte, por um contorno que, da Dr. Timóteo segue pela avenida Cristóvão Colombo até a rua Ramiro Barcelos e desta, pela Voluntários da Pátria, até a Mauá.

Foram distribuídos inicialmente 1.100 contêineres, distantes cem metros um do outro e apenas para receber o lixo orgânico domiciliar. A coleta seletiva do lixo seco manteve-se inalterada (sem contêineres), duas vezes por semana, dentro do modelo que já tem 21 anos, foi pioneiro no país e hoje é referência na América Latina por atender 100% dos bairros da cidade e distribuir esses resíduos entre 18 unidades de triagem conveniadas com o DMLU, que geram renda média de um salário mínimo para cerca de 800 pessoas, na grande maioria mulheres.

O DMLU já estuda um projeto de ampliação a ser apresentado ao prefeito Fortunati em 2012. Provavelmente será



Fotos: Francielle Caetano/PMPA

A coleta automatizada do lixo foi instalada numa área piloto que alcança cinco bairros completos (Centro Histórico, Cidade Baixa, Independência, Bom Fim e Farroupilha) e parte de outros oito bairros (Praia de Belas, Menino Deus, Azenha, Santana, Rio Branco, Santa Cecília, Moinhos de Vento e Floresta).

O diálogo e a interação do DMLU com a população não evitaram uma onda de vandalismo que preocupou os responsáveis pela nova operação durante os primeiros meses. Os bombeiros foram chamados 28 vezes para apagar fogo em contêineres. Algumas ações não tiveram maiores consequências, porque o lixo orgânico não alimenta o fogo, mas o descarte errado de lixo seco fez com que 13 equipamentos restassem muito queimados.

um módulo muito semelhante ao primeiro, com pouco mais de mil contêineres, e em áreas estendidas naqueles bairros que já são servidos parcialmente. A ideia é aproveitar as zonas de maior densidade populacional e evitar a criação de um número maior de fronteiras com a coleta tradicional do lixo domiciliar, feita porta a porta no restante da cidade.

Da educação ambiental ao vandalismo

Um mês antes da chegada dos contêineres às ruas de Porto Alegre, enquanto a Coordenação de Comunicação da Prefeitura Municipal preparava a campanha publicitária nos mais diversos tipos de mídia para o lançamento da coleta automatizada, o DMLU, com a ajuda dos leitores de contas do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), iniciou a distribuição de panfletos informativos e explicativos aos mais de cem mil domicílios da área piloto.

A partir do dia 12 de julho, quando os contêineres

passaram a ser instalados a uma média de 200 por dia, a equipe da Assessoria Comunitária do DMLU trabalhou em tempo integral ao redor de cada equipamento que era colocado na via pública para explicar aos moradores (ou simples curiosos, no caso do Centro Histórico) como era o funcionamento e a que tipo de lixo se destinavam os novos contêineres. Sempre deixando com cada pessoa, ou em cada residência, um novo panfleto ilus-

trado com foto, gráfico e desenho.

O diálogo e a interação do DMLU com a população não evitaram, porém, uma onda de vandalismo que preocupou os responsáveis pela nova operação durante os primeiros meses. Os bombeiros foram chamados 28 vezes para apagar fogo em contêineres.

Algumas ações não tiveram maiores consequências, porque o lixo orgânico não alimenta o fogo, mas o descarte errado de lixo seco, principalmente papel, papelão e plástico, fez com que 13 equipamentos restassem muito queimados e tivessem que ser substituídos e encaminhados à oficina de manutenção. O vandalismo só foi diminuindo e praticamente desapareceu na medida em que as pessoas satisfeitas com os contêineres passaram a expor sua indignação, vigiar os equipamentos e denunciar os vândalos.



Abrangência da área piloto

Porto Alegre recebe várias obras contra alagamentos



Fotos: Divulgação/DEP

Adriana Nascimento Machado

Jornalista, assessora de imprensa do DEP

Enchentes urbanas no Brasil e em várias partes do mundo estão destruindo cidades inteiras e prejudicando a qualidade de vida da população. Em tempos de tsunâmis e outras catástrofes climáticas é bom saber que aqui em Porto Alegre *jet skis* não andam mais na avenida Goethe, os

alunos do Colégio Santa Rosa de Lima, no bairro Santana, não precisam mais tirar os sapatos para entrar na escola em dias de chuva, o Acampamento Farroupilha não vira um lodo em setembro, os portões do Muro da Mauá estão reformados e preparados para proteger o Centro Histórico de uma enchente do Guaíba. Enfim, basta que se compare o passado com o presente para que se perceba que a drenagem da cidade está melho-

rando com as novas obras do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP).

Porto Alegre tem avançado muito no combate aos alagamentos com investimentos sucessivos da Prefeitura na ampliação da rede de drenagem em várias regiões da cidade. Este foi um dos motivos de Porto Alegre ser considerada, no meio técnico e acadêmico, como uma das cidades mais inovadoras na área de drenagem urbana do Brasil e ter sido sede em



2011, da 12ª Conferência Internacional de Drenagem Urbana, que pela primeira vez ocorreu fora do eixo dos países europeus e da América do Norte.

Foram investidos R\$ 67 milhões no primeiro pacote de obras (fora o Conduto). Muitas delas já foram inauguradas e outras serão concluídas no decorrer do ano. Outro pacote de mais 10 obras será iniciado em 2012, atingindo um investimento de mais R\$ 26,2 milhões em obras contra alagamentos.

Entre as obras já concluídas após o Conduto Álvaro Chaves – maior obra de drenagem de Porto Alegre nos últimos 40 anos, com investimento de R\$ 59 milhões – muitas eram demandas antigas.

Em janeiro de 2011 foi entregue a obra de reforma das 14 comportas de vedação do Muro da Mauá. Agora, os portões que impedem que as águas do Guaíba invadam o Centro Histórico em caso de cheias funcionam com acionamento hidráulico. Esta foi a primeira reforma total dos portões da Mauá desde que foram construídos pelo extinto Departamento Nacional de

Obras e Saneamento (DNOS), na década de 70.

Em abril do ano passado foi entregue a obra de drenagem Santa Teresinha, no bairro Santana. Foi construída uma casa de bombas com capacidade de bombear 5.500 litros por segundo de água da chuva em direção ao arroio Dilúvio e mais 1.270 metros de redes pluviais com galerias de até 2 m por 1,20 m de seção. A primeira chuva após a inauguração da obra comprovou que, após 30 anos, o bairro Santana não alaga mais, em virtude desta construção.

rador, que permitirá que funcione mesmo que falte energia elétrica.

O DEP executou a primeira parte da obra do Jardim do Salso, que fica no trecho da avenida Cristiano Fischer, desde a avenida Ipiranga até a rua Professor Pedro Santa Helena. A segunda etapa deverá iniciar-se no decorrer de 2012. O DEP também completou a reforma das casas de bombas 3 (avenida Castelo Branco, próximo da avenida São Pedro) e da casa de bombas Vila Farrapos, na rua Frederico Mentz.

Foram investidos R\$ 67 milhões no primeiro pacote de obras (fora o Conduto). Muitas delas já foram inauguradas e outras serão concluídas no decorrer do ano.

Também foi concluída a obra de reforma da casa de bombas 5 no bairro Humaitá. Esta casa de bombas teve sua capacidade de bombeamento ampliada de 7.750 litros por segundo para 10.250 litros por segundo de água da chuva, além da instalação de um ge-

A Zona Sul da cidade teve uma obra que beneficiou 20 mil moradores. A obra de drenagem João Mendes Ouriques, em Ipanema, estende-se pelas avenidas Coronel Marcos e Arlindo Pasqualini, ruas Manoel Leão, João Mendes Ouriques, Jigoro Kano, Homero Prado, José Kanan Ara-



Fotos: Divulgação/DEP



na e Travessa Pedra Redonda. Foram implantados 1.937 metros de redes pluviais com galerias de até 3 m por 1,30 m de seção e tubos de até 1,20 m de diâmetro. A obra foi inaugurada em setembro e é considerada a maior obra de drenagem da Zona Sul de Porto Alegre.

Obras em execução

No bairro Lindoia, já está pronta a primeira parte da obra da avenida Panamericana, trecho entre a avenida Sertório e a rua Quito. Está em andamento a segunda parte, que fica na avenida Panamericana, trecho da rua Quito até a avenida Assis Brasil. No total, estão sendo implantados 1.221 m de tubos e 1.526 m de galerias de até 2 m de largura por 1,50 m de altura. Serão beneficiados 100 mil moradores do Lindoia e bairros do entorno.

Continuam em execução as obras de recuperação dos taludes do arroio Dilúvio, na avenida Ipiranga, que atingirão 21 quilômetros de concretagem (10,5 quilômetros de cada lado do Dilúvio). Prossegue também a obra da avenida São Pedro, no bairro São Geraldo. Já foi concluído o primeiro lote, da avenida Castelo Branco até a travessia da avenida Farrapos. Agora o DEP executa o lote II da obra da avenida São Pedro, trecho da avenida Farrapos até a avenida Benjamin Constant. No total serão implantados 1.679 m de redes entre tubos e galerias pluviais de até 1,50 m por 1,50 m de seção.

Na Vila Minuano, bairro Sarandi, está sendo executada uma grande obra contra alagamentos, com 1.265 m de redes de

1,50 m de diâmetro, em fase final na avenida Rocco Aloise, na avenida dos Gaúchos e na rua Francisco Pinto da Fontoura. Está sendo construída uma casa de bombas ao longo do arroio Sarandi / Passo da Mangueira, no final da avenida Rocco Aloise. Esta casa de bombas terá cinco bombas com capacidade de bombear 8 mil litros de água da chuva por segundo em direção ao arroio Passo da Mangueira. Outra parte desta obra, também em execução, compõe-se de 767 m de diques em terra e em concreto na margem esquerda do arroio Passo da Mangueira para impedir que as águas do arroio invadam a Vila Minuano.

Em fevereiro de 2011, teve início, na Zona Norte, a obra de drenagem da vila Asa Branca.

Esta gigantesca obra de drenagem contará com 3.249 m de tubos e galerias com seções variadas, uma casa de bombas com capacidade de bombear 1.900 litros por segundo de água da chuva na rua B-2. Também serão executados 1.653 m de diques (880 m de diques e 773 m de valas), que deverão ser implantados em toda a divisa da vila Asa Branca. Estes diques, feitos de argila compactada, protegerão a área baixa, onde está inserida a vila, do extravasamento de dois valos existentes no local.

Em função de tantas obras, Porto Alegre destaca-se entre as grandes capitais como a cidade com maior investimento *per capita* na área de drenagem urbana no Brasil.

OBRAS A SEREM EXECUTAS EM PORTO ALEGRE PARA COMBATER ALAGAMENTOS, COM INVESTIMENTO DE R\$ 26,2 MILHÕES

	Obras	Previsão início
1	Drenagem rua Ângelo Crivellaro no Jardim do Salso (2ª etapa)	2012
2	Redes complementares da bacia de amortecimento da praça Celso Luft, bairro Chácara das Pedras	2012
3	Reservatório e redes de drenagem nas ruas José Gertum e Ernesto Ludwig, bairro Chácara das Pedras	2012
4	Reservatório de amortecimento de cheias na praça Joaquim Leite, bairro Chácara das Pedras	2012
5	Drenagem na rua Teixeira Mendes, bairro Chácara das Pedras	2012
6	Drenagem na rua Olávio José de Souza, bairro Belém Novo	2012
7	Drenagem na rua Frei Germano, bairro Partenon	2012
8	Drenagem na avenida Carazinho, bairro Petrópolis	2012
9	Drenagem na rua Carlos Barbosa e adjacências, bairro Azenha	2012
10	Drenagem na rua Damasco e adjacências, bairro Azenha	2012

Brasil tem plano de saneamento para os próximos 20 anos



Ivo Gonçalves/PMPA

Por Charles Soveral
Jornalista

Com o atraso de muitas décadas, o Brasil prepara um importante plano para o saneamento, envolvendo água, esgoto, macrodrenagem e resíduos sólidos junto a medidas de prevenção ao meio ambiente e em consonância com a Declaração do Milênio, convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2000 da qual o país é signatário. Se vingar e se tornar efetiva, a nova proposta, com projeções para os próximos 20 anos, deverá colocar o Brasil nos mesmos níveis das nações mais desenvolvidas da

atualidade, rompendo um ciclo histórico de atraso no setor. Estamos falando do Plano Nacional de Saneamento (Plansab), que resgata um esforço nacional para sanear o país, com início lá nos anos 30 do século passado, atualizado na década de 70 com o Planasa, e que no decorrer das décadas seguintes perdeu força e poder de ação.

O Plansab, em decorrência do volume de recursos de que necessitará, buscará dar sequência organizada, do ponto de vista de investimentos, ao processo de obras do setor, iniciado

em 2007 pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, de lá para cá, aumentou aportes na área, passando de desembolsos de 1,7 bilhão em 2006 para 2,9 bilhões em 2007, 3,5 bilhões por ano em 2008 e 2009 e quase 40 bilhões previstos no orçamento de 2010, embora uma parcela deste valor ainda não tenha sido executada.

Diferente do que é feito atualmente, quando muitas vezes a intervenção política se sobrepõe aos aspectos técnicos, o Plansab prevê que a liberação de recursos pelo Governo Fede-

reportagem

ral esteja condicionada à elaboração, por parte das prefeituras, de planos municipais que orientem os projetos municipais em saneamento. Apenas 12% das cidades brasileiras contam com esse tipo de legislação atualmente, e Porto Alegre está entre estas cidades.

Uma vez em vigor, o Plano traçará metas a serem alcançadas até 2030, quando se espera universalizar o saneamento básico no Brasil. Para tanto, será necessário uma quantia na ordem de 420 bilhões de reais, sendo 250 bilhões provenientes de fontes federais. O restante deverá vir de aportes estaduais, municipais, da iniciativa privada e de órgãos internacionais de concessão de crédito, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para o professor Léo Heller, do Departamento de Engenharia Sanitária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e um dos técnicos que colaboraram na elaboração do Plansab, o Brasil tem muito pouca tradição de planejamento. Ele lembra que o marco anterior ao Plansab foi exatamente o Planasa, elaborado em 1971. “Mas foi um plano muito distinto deste. Era um plano de gabinete, não foi nada estratégico. O que ele estabeleceu, na verdade, foi um novo modelo institucional para o setor de saneamento – com a criação das companhias estaduais de saneamento – e uma modelagem financeira. O Planasa estabeleceu metas, para 1980 e para 1990. Mas não havia propriamente um acompanhamento da sua execução. Foi um plano que hoje a gente chama de plano tradicional, um plano norma-

tivo, que se contrapõe a uma ideia de plano estratégico, como se pretende que seja o Plansab” afirma ele.

A história nos mostra que o Brasil entrou mesmo tarde no processo de saneamento, que deu os primeiros passos no século 19. Naquela época, a necessidade do intercâmbio comercial forçava a instalação de medidas sanitárias eficientes, pois a disseminação de doenças contagiosas em cidades desprovidas dessas iniciativas traziam, logicamente, aos visitantes os mesmos riscos de contaminação, gerando insegurança e obrigando os navios comerciais da época a

Após criteriosos estudos e justificativas, foi adotado, na ocasião, um inédito sistema no qual eram coletadas e conduzidas às galerias, além das águas residuárias domésticas, apenas as vazões pluviais provenientes das áreas pavimentadas interiores aos lotes (telhados, pátios etc). Criava-se, então, o Sistema Separador Parcial, cujo objetivo básico era reduzir os custos de implantação e, conseqüentemente, as tarifas a serem pagas pelos usuários. Foi a partir de uma ideia dos engenheiros norte-americanos George Waring e Cady Staley que Saturnino de Brito introdu-

O Planasa estabeleceu metas, para 1980 e para 1990. Mas não havia propriamente um acompanhamento da sua execução, mudanças de rumo. Foi um plano que hoje a gente chama de plano tradicional.

evitarem esses portos de suas rotas marítimas, e causando prejuízos constantes às nações mais pobres e dependentes do comércio internacional.

No Brasil, relacionavam-se nesta situação os portos do Rio de Janeiro e Santos. Temendo os efeitos de um desastre econômico, o imperador D. Pedro II contratou os ingleses para elaborar e implantarem sistemas de esgotamento para o Rio de Janeiro e São Paulo, já na época, as principais cidades brasileiras. Ao estudarem a situação, os projetistas depararam-se com situações peculiares e diferentes das encontradas na Europa, principalmente as condições climáticas (clima tropical, com chuvas muito mais intensas) e a urbanização (lotes grandes e ruas largas).

ziu no Brasil em 1912 o outro conceito importante de saneamento, que é o Sistema Separador Absoluto, cuja característica principal é ser constituído de uma rede coletora de esgotos sanitários e uma outra exclusiva para águas pluviais.

Mas os planos de distribuição e tratamento de água e a coleta de esgotos sempre tiveram uma visão inicial sanitária e limitadora de ações. Resíduos sólidos, macrodrenagem e tratamento do esgoto antes de devolvê-lo à natureza estavam fora dos planos assim como qualquer ação minimizadora dos efeitos poluentes e do impacto no meio ambiente das obras que eram executadas. Essa é uma diferença que agora se vê claramente entre as preocupações do Plansab. “O



Brasil e o mundo têm hoje uma visão mais integrada destas coisas. Não se pode falar em saneamento sem olhar todas as conexões deste processo. Isto envolve saúde, envolve educação, envolve participação, envolve meio ambiente, envolve gestão, organização de recursos, definição política”, explica Fidel Humberto Cuéllar Boada, economista colombiano, especialista em saneamento que está desenvolvendo um trabalho de consultoria técnica para o Dmae de Porto Alegre em governança corporativa.

De mesma opinião é o professor Heller, para quem o planejamento estratégico é o grande diferencial do novo plano nacional de saneamento. “O planejamento tem inicialmente um desafio, que é o de pensar o futuro, e o futuro é algo que não é dado, algo de que não se tem jamais uma certeza de como ocorrerá. A gente costuma dizer que o planejador não tem uma bola de cristal na sua frente. Então, o plano estratégico foi no sentido de se pensar cenários, não um futuro único, mas futuros prováveis e desejáveis. Pensou-se em três cenários e se planejou tendo em vista um deles, que foi o cenário de referência, ficando os outros dois como cenários alternativos. Então, o lado estratégico do Plansab será monitorar, de forma sistemática, a ocorrência desses cenários. E caso o cenário de referência não ocorra, ou a realidade se distancie muito desse cenário de referência, isso implicaria revisões, alterações de rumo, ajustes, para que fique compatível com a realidade”, observa.

Segundo Heller o cenário adotado para o Plansab é rela-



Divulgação/DMAE

tivamente otimista. O Plano projeta que em 20 anos o Brasil terá políticas públicas mais estáveis, melhor relacionamento entre União, estados e municípios, terá um marco regulatório observado, terá uma política macroeconômica de crescimento contínuo. “Acreditamos que as tecnologias aplicadas ao saneamento – outra variável – serão cada vez mais apropriadas à realidade e que haverá crescentes investimentos para o setor, com estabilidade. Então, é um cenário que mostra até onde se conseguia enxergar o Brasil na época em que foi elaborado o Plansab. É um cenário relativamente otimista, com democracia na gestão pública, com controle social.”, completa ele.

Já o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e uma das maiores autoridades brasileiras em

Recursos Hídricos, Carlos Eduardo Morelli Tucci, explica que o Brasil tem problemas estruturais graves que precisam ser vencidos para que o Plansab não fique apenas no terreno das boas intenções. “No Brasil a política de saneamento está espalhada em diversos ministérios que não se conversam. Falta gestão, falta organização e decisão política de colocar estes temas na pauta de prioridades reais do Governo”, critica ele.

O professor Tucci, que dirige a Rhama Consultoria, lembra que o cenário atual do saneamento no Brasil ainda é precário. Ele assinala, por exemplo, que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que dos 5,5 mil municípios brasileiros, pouco mais de 3 mil contam com rede coletora, o equivalente a 55,2% do total. Para trata-

mento de esgoto, o cenário é o seguinte: 68,8% do total coletado passam por estações de tratamento, sendo o restante despejado em locais inapropriados, como córregos e rios.

Tucci admite que houve avanços na década passada, e as reformas estruturais iniciadas no final da década de 90 conduziram o Brasil para novo patamar, mas lamenta que tenhamos perdido tempo demais. “O Brasil avançou com as legislações criadas ainda nos anos 90, como a Lei de Recursos Hídricos (9.433/97), e no início deste século, com a Lei do Saneamento (11.445/07), mas não desenvolveu corretamente os aparelhos de gestão, de fiscalização, de qualificação e de incentivo para que os brasileiros pudessem definir prioridades com clareza, investir nas obras com segurança e proporcionar serviços de qualidade. Especialmente nas regiões metropolitanas que concentram grande população, crescimento exponencial desordenado, acúmulo na geração de

lixo e pouco ou quase nenhum planejamento. Isto tudo torna os serviços de baixa qualidade e, muitas vezes, sem o comprometimento necessário com a população e com o meio ambiente”, diz o professor da Ufrgs.

Outro aspecto que o professor gaúcho destaca está no fato de que o planejamento de médio e longo prazos enfrenta as dificuldades tradicionais do Brasil que a cada quatro anos

muda a administração dos serviços públicos e, geralmente, das prioridades. “O que acarreta, em função de interesses políticos, muitas vezes, a interrupção de programas e projetos que estão funcionando bem somente porque são ideias ou propostas construídas na administração anterior. É preciso acabar com esta cultura de que somente o que eu criei é bom”, conclui Tucci.

Construção do plano foi a mais democrática até hoje

O professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Léo Heller, explica que o plano teve um esforço concentrado de elaboração durante mais ou menos um ano, de julho de 2009 até junho de 2010, e ouviu todos os segmentos interessados em um processo amplo e democrático como não havia ainda ocorrido neste setor.

Heller lembra que o Ministério das Cidades publicou

uma chamada para as universidades públicas sugerindo que propusessem a elaboração de um estudo que teve o nome de Panorama do Saneamento Básico no Brasil. Esse estudo gerou, como um de seus subprodutos, a versão preliminar do Plansab. “Concorremos a esse edital com três universidades: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal da Bahia e Universida-



Maria de Lourdes Wolff/DMAE



de Federal do Rio de Janeiro. Cada universidade ficou encarregada de parte do estudo e também de uma coordenação integrada. A equipe teve a participação de cerca de 60 pessoas, mas se contarmos os que tiveram atuações mais pontuais, chega-se a quase 100 pessoas” revela o professor.

Conforme Heller, o Plansab tem um conjunto de macrodiretrizes, um conjunto de estratégias e metas de curto, médio e longo prazos. A ideia proposta é que, ao longo do período de execução, que é de 20 anos, todos esses elementos sejam monitorados e avaliados, o que pode implicar revisões. Foram previstos cinco diferentes estratégias de monitoramento: o monitoramento dos cenários, das metas, de alguns indicadores complementares às metas, das diretrizes e estratégias, e da execução das obras nos setores envolvidos.

O professor mineiro também diz que, como parte da metodologia de geração de cenários, foi feito um conjunto de oficinas para identificar as variáveis, as hipóteses de variação de cada cenário e suas possibilidades. Além das universidades, o projeto do Plansab ouviu a população em audiências públicas que percorreram todas as regiões do país coletando relatos da população e inserindo no texto problemas reais da sociedade naquilo que poderia se definir com um dos projetos mais democráticos em sua construção que o Brasil presenciou até hoje. “Fizemos cinco seminários regionais, para discutir o plano, para captar as particularidades de cada região. E, depois que a versão preliminar do plano foi concluída, fizemos cinco audi-

ências públicas, uma em cada região do país, para expor o plano, discutir, escutar as contribuições.”

De acordo com o professor Heller, o resultado de todo esse trabalho é que a existência de um plano pode trazer mais racionalidade à condução da política pública, torná-la menos refém de pressões, de fatores que não são muito legítimos nas decisões do gestor público. “O Plano mostra a direção da política. Uma coisa é a política sem planejamento e outra coisa é a política que tem norte bem definido, metas a serem perseguidas.

Em termos de investimentos, Heller adianta que a previsão orçamentária do Plansab é histórica, pois trabalha com uma grande soma.

Então, as direções podem trazer melhor articulação e coordenação entre as ações dos vários atores. E, o fato de o planejamento ser estratégico poderá fazer com que ele seja compatível com a realidade que o país apresenta, ou seja, viável. Tenho forte expectativa de que o Plansab pode, de fato, dar uma direção mais efetiva às políticas

de saneamento e atingir a tão almejada universalidade que o setor precisa atingir por força legal, mas muito mais pelo direito de todos os cidadãos brasileiros de ter acesso ao saneamento básico.

Em termos de investimentos, Heller adianta que a previsão orçamentária do Plansab é histórica, pois trabalha com uma grande soma. Ele lembra que a estimativa governamental é de que o plano será executado em 20 anos, com recursos em torno de 420 bilhões de reais, cerca de 250 bilhões do governo federal e o restante trazido por outros governos, os próprios prestadores e até mesmo investidores privados.

Um dado importante apontado pelo professor da UFMG é que esse valor não aumenta de forma drástica o histórico do investimento que já está desenhado para o setor pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Se o PAC conseguir se consolidar com eficiência na aplicação dos recursos, o recurso mobilizado, explica ele, é coerente com o que estimou para o Plansab. “Mas, para isso, será preciso maior eficiência, sobretudo, estabilidade na aplicação dos recursos. Para tanto, será necessário que os prestadores de serviço gerem recursos por meio da cobrança de tarifas que ampliem seus investimentos.

O Brasil resgatará dívida histórica, afirma secretário nacional do saneamento

A proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), elaborada pelo governo federal, planejado e coordenado pelo Ministério das

Cidades, será um marco na história do saneamento brasileiro porque vai resgatar uma dívida do país com sua população e promoverá ganhos de



qualidade de vida para todos os níveis sociais, especialmente os mais pobres e socialmente excluídos. A opinião é do secretário nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar Tiscoski. “O Plansab será, sem dúvida, a referência para os futuros investimentos no setor saneamento básico brasileiro nos próximos 20 anos, exercendo também o papel indutor junto aos estados e municípios para impulsionar a organização e a consolidação dos pilares básicos da gestão do setor, previstos na lei, que incluem o próprio planejamento, a regulação e fiscalização, a prestação dos serviços e o controle social”, garante Tiscoski.

O secretário nacional ressalta que as diretrizes, estratégias e programas estabelecidos no Plano consolidam o grande esforço do governo federal e da sociedade civil, para

que a população brasileira seja atendida com serviços de elevada qualidade na área de saneamento. “O Brasil e sua população conquistaram esse direito elegendo as prioridades nacionais. Será o resgate de uma dívida histórica. Este é o fator diferencial do Plano, que teve ampla participação da comunidade, dos técnicos, das universidades, das empresas de saneamento. Esse somatório de esforços oferece um projeto consistente, que tem nos recursos previstos a garantia de que a execução vai alavancar muito o desenvolvimento do setor em nosso país. Em meu estado, Santa Catarina, a população vê no saneamento uma necessidade urgente, fundamental para o desenvolvimento urbano”, assegura.

Iniciado em 2008, o processo de construção do Plano foi organizado em quatro etapas

de trabalho: a primeira foi o Pacto pelo Saneamento Básico; a segunda foi a elaboração do diagnóstico da situação do saneamento no país, mediante a pesquisa Estudo do Panorama do Saneamento Básico no Brasil e, também, a proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico; a terceira etapa deverá contemplar a divulgação e o debate público da Proposta de Plano. O Plansab, que atualmente se encontra na Casa Civil da Presidência da República, aguarda manifestação pública para posteriormente ser realizada a quarta etapa, que é o detalhamento dos programas, projetos e ações, bem como monitoramento e avaliação.

O Plansab consolida os avanços verificados no setor de saneamento nos últimos anos a partir da aprovação do marco regulatório (Lei nº



11.445/2007 e Decreto nº 7.217/2010), ocupando um vácuo de planejamento que vem de meados dos anos 80 e que permitirá aos municípios elaborarem seus planos, abrindo espaço para consolidação de projetos regionais.

Tiscoski aponta também a abordagem integrada do sa-

neamento básico, incluindo os quatro componentes – abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas – como uma proposta diferenciada de tudo o que já foi feito até hoje no Brasil.

“Hoje sabemos que saneamento não é uma ilha isolada, que está relacionado aos cuidados ambientais, à preservação dos recursos hídricos, à correta destinação dos resíduos sólidos. Não dá para pensar em um plano que não englobe todas estas áreas”, conclui o secretário nacional.

Planejamento faz parte da rotina do Dmae desde sua criação, na década de 60

Desde a fundação do Dmae, em 1961, o planejamento de médio e longo prazos está presente. Até hoje, no Brasil, surgem como raras exceções as organizações que conseguem estabelecer planejamentos como rotina. Daí a importância do primeiro Plano de Esgotos (PDE) de Porto Alegre, que data de 1966, e o de Água (PDA), que ocorreu em 1982.

Flávio Presser, diretor-geral do Dmae, destaca que os planos de água e esgotos de Porto Alegre sofreram periódicas revisões para ajustá-los às novas demandas da cidade, fruto de seu constante crescimento.

Presser assinala que as recentes revisões do PDA e PDE são, em termos de princípios, semelhantes ao Plansab. “Porque defendem as mesmas propostas, que incluem a busca pela universalização dos serviços até 2030, a equidade que quer levar os serviços de forma adequada a todos com tarifa acessível, além da sustentabilidade ambiental, social e econômica”, afirma ele.

O diretor-geral do Dmae acrescenta como fatores fundamentais no processo instalado no Departamento o con-

trole social, que é assegurado pela transparência de informações e participação da sociedade através do conselho deliberativo, além da governança corporativa, que promove mais eficiência e controle ao organismo público. “Hoje é possível verificar com mecanismos disponíveis, como a internet, todos os investimentos, orçamentos, gastos, projetos e trabalhos que o Dmae execu-

ta. Um aliado importante neste processo de avanço, pode se afirmar, é a inovação tecnológica, que atinge vários setores do Departamento, desde a pesquisa, o tratamento e a operação, que oferece serviços qualificados até na gestão de ativos, de aquisição de material e de recursos humanos que tornam a instituição moderna e capaz de cumprir seus objetivos sociais.”



Divulgação/DEP

“Hoje temos a previsão de investimentos até 2030 de R\$ 340 milhões para abastecimento de água, R\$ 860 milhões para a coleta e tratamento de esgotos e cerca de R\$ 800 milhões para o pagamento de dívidas e financiamentos.”

Flávio Presser reforça que, na busca pela universalização a que se propõe o Dmae, serão necessários investimentos que se aproximam dos R\$ 2 bilhões. “Estão previstos até 2030 investimentos de R\$ 340 milhões para abastecimento de água, R\$ 860 milhões para a coleta e tratamento de esgotos e cerca de R\$ 800 milhões para o pagamento de dívidas e financiamentos.”

Um aspecto importante é que o PDE e o PDA do Dmae preveem a regulação, o fortalecimento da gestão, o controle e redução de perdas e o acompanhamento da evolução do plano através de indicadores. “No caso destes indicadores é preciso avaliar o percentual de execução das obras e sua relação com o cronograma, os índices de lançamento de redes, o índice de substituição de redes, o controle da qualidade da água e o percentual de serviços que oferecem rápida resposta aos usuários/consumidores em até 24 horas. Tudo isso permite que os usuários avaliem se as metas serão alcançadas no prazo previsto. Neste aspecto, tanto os planos do Dmae como o Plansab apresentam similaridade”, conclui Presser.



HISTÓRIA DO SANEAMENTO NO BRASIL

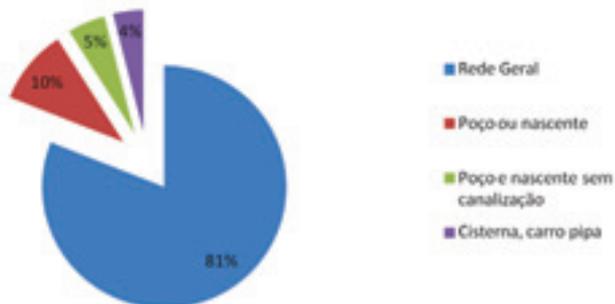
1942	Criado o SESP - Serviço Especial de Saúde Pública.
1964	Criado o BNH - Banco Nacional da Habitação, que contava com recursos do FGTS, cuja aplicação deveria seguir a seguinte orientação: 60% em habitação, 30% em saneamento e 10% em infraestrutura.
1965	Brasil assina acordo com o governo dos Estados Unidos, através do DNOS e Usaid, criando o Fundo Nacional de Financiamento para Abastecimento de Água.
1968	Criado o SFS, Sistema Financeiro do Saneamento, gerido pelo BNH, que passou a receber recursos dos governos federal, estaduais e municipais.
1971	Formatado o Plano Nacional de Saneamento com mudança radical nos negócios de saneamento do país e surge um novo modelo de gestão para o setor: as companhias estaduais de saneamento, em todos os estados do Brasil.
Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e estabelece como meta a universalização dos serviços de água e esgoto.

PRINCÍPIOS DO PLANSAB

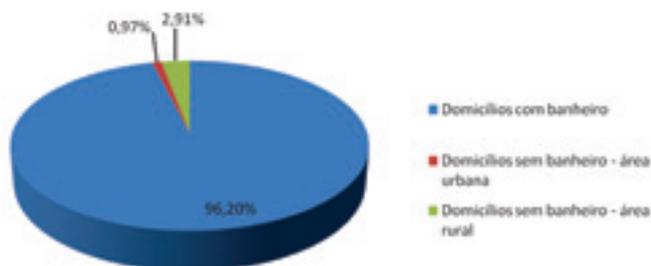
Objetivo	Cumprir a Lei 11.445/2007 (do saneamento) que prevê no artigo 52 que o plano deve conter metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico.
Obrigações	O plano não deverá ser meramente técnico, mas deverá estar em sintonia com o Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) e portanto expressar um novo pacto socioterritorial para o saneamento ambiental, com metas e regras acordadas por atores diferentes, que contemplem interesses e concepções divergentes e que combatam a desigualdade e a exclusão territorial.
Competência	O município tem a responsabilidade do serviço e compartilha projetos com estados e União.
Principais Obras	O Plansab prevê obras de rede de água e esgoto, estações de tratamento, macrodrenagem urbana, projetos de destinação de resíduos sólidos, reestruturação urbana e ambiental, recuperação de recursos hídricos, educação.

GRÁFICOS ILUSTRATIVOS DA QUESTÃO SANEAMENTO NO BRASIL

Redes de água no Brasil - PNAD 2001 a 2008



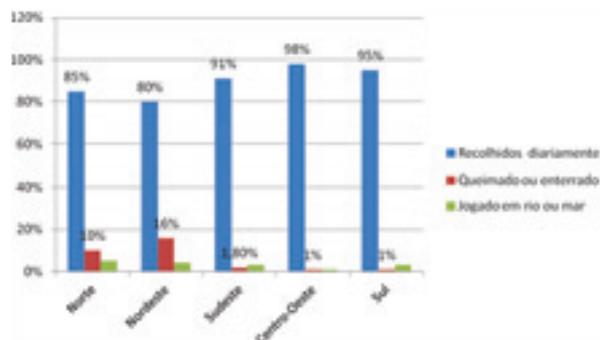
Banheiros - PNAD 2000 a 2008



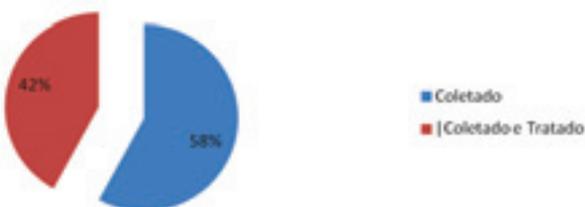
Formas de afastamento de esgotos sanitários Brasil PNAD 2001 a 2008



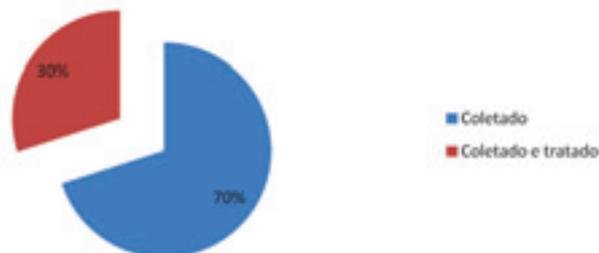
Destinos Resíduos Sólidos Brasil - Regiões



Relação de volume de esgoto tratado e não tratado Região Sul PNAD 2007



Relação volume de esgoto tratado e não tratado - Brasil



Porto Alegre e Viamão planejam a recuperação da bacia do Dilúvio

Por Ademar Vargas de Freitas

Jornalista

Dentro de alguns anos, a bacia do arroio Dilúvio poderá estar saneada e integrada às comunidades vizinhas, com significativa melhoria de qualidade da vida de porto-alegrenses e viamonenses. Entre as pistas da avenida Ipiranga correrá água limpa, e as pessoas não mais voltarão as costas ou taparão o nariz ao passarem pelas margens do Dilúvio. Ao contrário, a população vai se apropriar da área, que também será de lazer e cultura. Só que, para que isso ocorra de fato dentro dos próximos 20 anos, a mudança tem que começar agora. E é o que está acontecendo.

O passo inicial foi dado no final do ano passado, em cerimônia realizada no pórtico do parque Saint' Hilaire, em Viamão, quando os prefeitos de Porto Alegre, José Fortunati, e de Viamão, Alex Boscaini, receberam o marco conceitual do "Programa de Revitalização da Bacia do Arroio Dilúvio: um futuro possível" e assinaram um protocolo de cooperação com a Universidade Federal do Rio



Além de sanear e despoluir, o programa realizado em conjunto com a Ufrgs e com a Pucrs viabilizará a criação de espaços verdes e de lazer nas encostas dos morros e ao longo do arroio.

preservação



Grande do Sul e com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Participaram da cerimônia os reitores Carlos Alexandre Netto, da Ufrgs, e Joaquim Clotet, da Pucrs. Crianças de duas escolas públicas do entorno puderam visitar uma exposição, que mostrava a diversidade da fauna nativa, a morfologia natural da bacia, paisagens ancestrais e a história da ocupação urbana, além dos impactos provocados. Também houve o plantio de mudas de árvores. O próximo passo será estruturar o modelo de gestão para definir papéis e elaborar o plano básico, com os detalhes necessários para as grandes ações.

Inspirados em modelos que se desenvolveram em outros países, os representantes das duas prefeituras e das duas universidades elaboraram o marco conceitual, estudo preliminar sobre a bacia do Dilúvio. O exemplo veio de Seul, capital da Coreia do Sul, onde o rio Cheong-gye-cheon, que corta a cidade, teve seus quase 6 km de extensão despoluídos e integrados à comunidade, com a criação de um moderno espaço público, áreas de lazer e cultura.

Trinta e seis profissionais, entre técnicos das duas prefeituras e professores doutores das duas universidades, atuam no programa de revitalização da bacia do Dilúvio. Pela Prefeitura de Porto Alegre, o secretário do Meio Ambiente Luiz Fernando Zácchia coordena um grupo de 11 técnicos; pela Prefeitura de Viamão, o coordenador do Departamento de Projetos e Planejamento Urbano Ruy Atílio Rostirolla lidera quatro técnicos da Secretaria de Meio Ambiente; pela Ufrgs, o pró-rei-

tor de Pesquisa João Edgar Schmidt coordena um grupo de trabalho com nove professores doutores; e pela Pucrs a diretora do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Betina Blochtein lidera outros 12 professores doutores. No primeiro semestre de 2011, o professor João Edgar Schmidt visitou a capital coreana, juntamente com o professor Luis Humberto Villwock, da Pucrs, ao integrarem a missão econômica liderada pelo governador Tarso Genro.

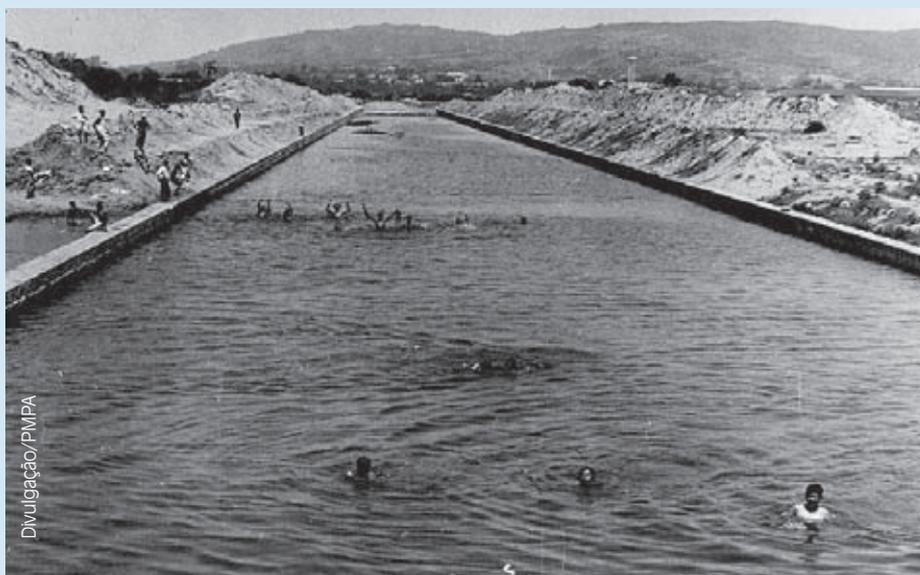
Participam do Programa, por Porto Alegre, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico, o Departamento de Esgotos Pluviais, o Departamento Municipal de Água e Esgotos, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana e a Procempa (empresa municipal de processamento de dados). Por Viamão, fazem parte a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Departamento de Projetos e Planejamento Urbano. Também é considerada importante a participação de empresas estaduais, como a Companhia Riograndense de Saneamento

(Corsan) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

Marco Conceitual

O marco conceitual – que servirá de base para o Programa e para os projetos de recuperação – explica a geografia da bacia do Dilúvio, sua flora e fauna, seus principais problemas e sua perspectiva de futuro. São 40 páginas em cores, ilustradas com imagens antigas e recentes do arroio que corta Porto Alegre. Além disso, mostra aspectos da recuperação de cursos d'água realizada em outros países. E remete para questões de saneamento, erosão, inclusão social e educação ambiental (identificadas de longa data), e para os aspectos que causam impacto à sociedade e à natureza.

O documento – concluído após uma dezena de reuniões do grupo, desde junho de 2011 – estabelece algumas linhas dos assuntos que precisam ser considerados na montagem do programa e do projeto. Agora serão formados grupos de trabalho para abordar cada tópico, especificamente, e propor medidas para solucionar os problemas. Mas estarão inte-



Divulgação/PMPA

grados ao todo, pois as abordagens de um tema podem impactar outro.

Segundo o professor João Edgar Schmidt tudo faz parte de um problema geral, de longo prazo, cuja solução depende em primeiro lugar, dos recursos financeiros (estimado em aproximadamente R\$ 800 milhões num cálculo superficial relativo ao quilômetro quadrado de implantação de esgotamento sanitário para toda a área). “É um valor grande, mas o valor agregado que vai trazer para a sociedade será muito grande também. Vai melhorar o setor econômico, a qualidade de vida e, evidentemente, a qualidade do meio ambiente.”

Bacia do Dilúvio

Com uma área total de 83 km², a bacia do arroio Dilúvio abrange 36 bairros de Porto Alegre, além de parte da cidade de Viamão. Nessa área habitam 450 mil pessoas. Os problemas são muitos: a água de péssima qualidade arrasta resíduos sólidos, espuma, animais mortos e tudo o mais que uma parte da população do entorno costuma descartar no leito do arroio. E a erosão causada pelos desmoronamentos dos morros contribui para o assoreamento do leito, normalmente raso.

As nascentes do Dilúvio estão localizadas no entorno das represas da Lomba do Sabão e Mãe d'Água, ambas em Viamão. Ao longo da suave descida de 17,6 quilômetros até o lago Guaíba, o arroio Dilúvio recebe diversos afluentes e muita poluição. Cerca de 50 mil metros cúbicos de terra e resíduos sólidos são despe-



Ricardo Stricker/PMPA

jados no arroio a cada ano, o que exige constantes dragagens. Junto com a terra vem calça, lixo, móveis quebrados, geladeiras, fogões e até cargas de automóvel. Tanto que o Dmae mantém uma espécie de museu, a Casa do Dilúvio, com itens retirados do arroio.

Mas, outro fator afeta gravemente a saúde do Dilúvio: as ligações irregulares, que fazem com que o esgoto doméstico e mesmo o esgoto hospitalar sejam lançados diretamente no arroio. Isso resulta em um problema maior, pois a rede pluvial é um canal de drenagem subterrânea que desemboca no Dilúvio, e, desta maneira, o esgoto escoia para os arroios e barragens sem nenhum tratamento. A obstrução dos canais pela gordura e pelos resíduos onera a conservação, além de provocar inundações em vários pontos da cidade, trazendo desconforto e riscos para a população.

Questão de Investimento

O professor João Edgar Schmidt lembra que, no Brasil, há uma dificuldade muito grande em fazer planejamento a longo prazo, o que implica trabalhar muito para resolver emergências. Sobre o desenvolvimento do Programa, ele acha que tudo vai depender do inte-

resse do estado e dos municípios em fazer determinado tipo de intervenção. “Se é apenas para sanear o Dilúvio, é uma situação. Mas, se é para transformar toda a bacia num parque, onde as pessoas possam passear, entrar em contato com a água, fazer exposições artísticas, como na Coreia do Sul, será necessário pensar de maneira mais arrojada e investir mais.”

O protocolo não menciona verbas a serem aplicadas nos projetos de pesquisa e execução, mas a bióloga Betina Blochtein se mostra tranquila. “Os recursos existem, e além do governo também pode ser mobilizada a iniciativa privada. Precisamos de bons projetos e, talvez, setorizar algumas coisas. Temos que pensar o Programa como um todo, mas os projetos devem ser executados de forma independente.” Para ela, o próximo desafio é definir como fazer isso. “Muitas vezes, mudanças de governo alteram o curso das prioridades. Queremos tentar montar uma estrutura que, independentemente do governo que seja eleito aqui ou lá – mesmo nas universidades existem mudanças – possa manter o Programa como uma prioridade.”

Nesse sentido, o secretário Luiz Fernando Zácchia espera formar uma figura jurídica – talvez, capitaneada pelas universidades, com compromisso, comprometimento e vínculo com as



prefeituras de Porto Alegre e Viamão – de maneira que sobreviva às alternâncias naturais de um processo democrático. “Essa figura jurídica tem um modelo, que já estamos buscando estudar. Um processo parecido com o nosso, de recuperação de um arroio que corta um setor da cidade de Los Angeles (EUA) e que tem a participação do governo, do mundo acadêmico e da iniciativa privada.”

Questão de Cidadania

A professora Betina Blochtein lembra que pelo menos 1.500 famílias vivem em ocupações irregulares, lançando dejetos em valões e riachos. “Mesmo dentro do parque Saint’ Hilaire há moradias irregulares, que jogam o esgoto na barragem da Lomba do Sabão, responsável pelo abastecimento de 3% a 4% da população dos dois municípios. Em uma situação muito grave porque polui a água que depois deverá ser tratada com muito mais dificuldade e certamente terá qualidade bem inferior ao que desejaríamos.”

Segunda a professora, o arroio Dilúvio reflete o comportamento do cidadão porto-alegrense e do cidadão viamonense na área da bacia, que não estão cuidando adequadamente dos seus resíduos e efluentes, nem do uso dos terrenos. “O que ocorre aqui em baixo, no Dilúvio, é a concentração dos problemas que estão dissipados e, muitas vezes, não chamam atenção ali na encosta do morro, tomada por ocupações irregulares.”

Justamente por isso, um dos eixos transversais do Programa toca a educação ambiental, o



exercício da cidadania, no sentido de promover a mudança de atitudes. “Por exemplo, uma escola ensinando educação ambiental. Será que a rede de esgoto desta escola está instalada corretamente? Será que a água utilizada tem uso adequado? Co-

mo é feito o reúso do óleo na cozinha? E a coleta dos resíduos? Talvez se tenha que passar, agora, para a etapa seguinte, que é a atitude do cidadão. Parece incrível, mas são degraus diferentes, o conhecimento e o apoderamento desse conhecimento.”

O marco conceitual aponta preliminarmente os eixos que deverão ter atenção específica no Programa

SANEAMENTO ▶ Distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, coleta e processamento de resíduos sólidos urbanos, e drenagem pluvial.

EROSÃO E ASSOREAMENTO ▶ Recuperação de áreas expostas, contenção de encostas e drenagem pluvial.

RECUPERAÇÃO-PRESERVAÇÃO AMBIENTAL ▶ Recuperação das nascentes, despoluição dos arroios, recuperação das matas ciliares, recuperação de flora e fauna, e integração com a orla do Guaíba.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL ▶ Valorização do respeito à natureza e aos bens públicos, estímulo à consciência ambiental e participação do cidadão no processo de ecologização, ampliação de ações de educação ambiental, integrando distintas áreas de atuação e segmentos da sociedade.

URBANIZAÇÃO, HABITAÇÃO E PAISAGISMO ▶ Reassentamentos, instalação de equipamentos urbanos em vilas e bairros (arruamento, serviços básicos etc.), instalação de parques, tratamento da poluição visual (retirar linhas de transmissão, disponibilizar equipamentos e espaços públicos urbanos para uso social e cultural).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ▶ Integração com o Projeto Região de Potencial Tecnológico do Município de Porto Alegre (Repot), geração de emprego e renda, geração de novos negócios.

MOBILIDADE URBANA ▶ Ampliação de alternativas de transporte coletivo, integração com ciclovias e integração com transporte fluvial.

Dmae prepara o fortalecimento e a modernização do Conselho Deliberativo

Consultor de projetos de saneamento para o BID define governo corporativo como uma solução tanto para empresas privadas como públicas.

Ricardo Clusti/DMAE



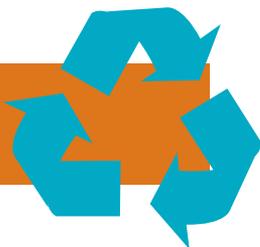
Por Charles Soveral
Jornalista

Com o objetivo de aprimorar e otimizar seu Conselho Deliberativo, que é constituído por representantes de 14 organizações da sociedade civil, o Dmae está preparando a modernização desse conselho baseada em novos e atualizados conceitos de gestão. Para atingir o novo patamar de atuação, o Conselho Deliberativo conta, desde o final de 2011, com a ajuda de um especialis-

ta em governança corporativa. Trata-se do consultor e economista colombiano Fidel Humberto Cuéllar Boada, que pesquisou e estudou toda a atividade do Conselho Deliberativo para aperfeiçoar a gestão corporativa. Esta modernização, apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também está em curso na Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais (Copasa), na Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece), na Companhia de Saneamento

Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e nas Águas de Joinville (SC).

Cuéllar Boada diz que o Dmae se destaca por ser uma autarquia que faz parte da administração municipal, mas tem características autônomas. “Encontrei aqui uma organização focada e preocupada em oferecer o melhor, o que já é um grande diferencial”, comenta o consultor. O colombiano destaca que o Conselho Deliberativo do Dmae cumpre as tarefas para as quais foi desenhado, pois





Karine dos Santos Viana/DWAE

tem uma composição que contempla distintos interesses e grupos diferentes da comunidade porto-alegrense. Mas ele entende que é preciso trabalhar na modernização deste conselho para que ele possa ter o seu papel institucional reforçado. “Dentro do mesmo tempo que já dispõem para o Departamento, os conselheiros contribuirão melhor e de forma mais eficaz se dedicarem um espaço maior para assuntos estratégicos e não se concentrarem apenas nas questões de curto prazo, como aprovação de contratos. Seria importante poder acompanhar a administração em uma boa reflexão sobre projetos futuros, ampliações, demandas reprimidas ou projetadas para cinco, dez, 15 anos”, reforça Cuéllar Boada.

O consultor define o Governo Corporativo como uma solução tanto para organizações privadas como para organizações públicas. Ele desenvol-

veu uma metodologia própria para as organizações de água e saneamento. A metodologia consiste em definir diferentes estágios para cada um dos atributos de uma boa governança corporativa, a qual chamou de “matriz de avanços”, onde cada instituição trata de identificar as etapas que já cumpre e aquelas que deseja atender no curto prazo. Desta forma, fica imediatamente identificado um plano de ação e um objetivo a ser alcançado.

“Em todo o mundo existem milhões de pessoas que ainda não possuem acesso aos serviços de água potável nem de esgotamento sanitário. Sabemos que os recursos disponíveis atualmente também não são suficientes. Existe uma meta de desenvolvimento do milênio proposta pela ONU que estabelece acesso aos serviços de saneamento que os países precisam alcançar. Por isso existe tanta preocupação com estes recursos escassos para que eles che-

guem ao maior número de pessoas possível, melhorando as condições de vida de milhões de pessoas que ainda estão marginalizadas neste processo. A proposta é que estes recursos, aplicados aos projetos, rendam o mais que possam render.”

Uma realidade em vários locais, segundo o que ele observa, é que as organizações de serviços de saneamento de propriedade dos governos às vezes não recebem o controle necessário por parte destes, seja no tocante aos serviços, seja no desempenho econômico-financeiro. Cuéllar Boada assinala que os governos administram realidades cada vez mais complexas e não têm tempo para se dedicar a um determinado aspecto da administração pública. “Quem tem o dever de vigiar e fazer o papel de dono não o faz corretamente. No caso das organizações privadas, os donos estão sempre monitorando. Então a gente percebe que existe uma ausência de vigilância entre os

processos administrativos de organizações públicas, o que não ocorre com as empresas privadas onde os donos percebem imediatamente quando há algo errado”.

Muitas vezes, o efeito desta situação é isolar os administradores de organizações públicas. Além disso, os governantes, democraticamente eleitos, têm um período de mandato, às vezes de quatro anos, às vezes de três anos, o que resulta na falta de uma continuidade dos trabalhos e projetos em andamento. Ele ressalta que também ocorre a situação de desconhecimento do que fez o administrador anterior. Esta situação tende a gerar programas de curto prazo para que o governante possa usufruir dos resultados, se houver, ainda em seu mandato. No saneamento, geralmente, os programas precisam de prazos maiores e isto acaba por afastar o interesse desses governantes.

Cuéllar Boada fala ainda de outra preocupação, que são os conflitos de interesse das partes interessadas. Para ele, é preciso estar atento e ter firmeza e convicção para contrariar estes interesses e defender os propósitos da organização. “Se vê com muita frequência uma longa história de manipulação, que ocorre porque a estrutura de poder, a tomada de decisões não está suficientemente alinhada com os objetivos estratégicos. É importante que as organizações públicas desenvolvam mecanismos que permitam controlar o uso de recursos e investimentos. As práticas de Governo Corporativo tratam de entregar a todos os interessados boa informação, informação detalhada, sobre a forma como estão sendo

administrados os recursos públicos com muita transparência. Com frequência se encontra nos serviços públicos a falta de transparência, quando as informações são tratadas como segredos. E os segredos são amigos do descaso, da incompetência, dos desvios, dos abusos e da corrupção.”

Para Cuéllar Boada, as boas práticas de Governo Corporativo ajudam a combater isto. É fundamental que os gestores de organizações públicas tenham autonomia e independência, juntamente com os conselhos diretivos e todos aqueles que podem, à frente das organizações públicas, definir o que é melhor para a instituição e para a sociedade, com a permanente visão de atender o interesse de ambos, o que não é uma tarefa fácil. O consultor lembra que, neste aspecto, é preciso uma verdadeira governança. “Isto implica pesquisar e estudar sempre as melhores estratégias e conqui-

tar os resultados.” Um dos objetivos da Governança Corporativa é evitar a destruição de valor, que consiste na tomada de decisão, que se for equivocada gera mais despesas ou não dá o retorno esperado. Com a ampliação da infraestrutura, a gestão de ativos também se mostra cada vez mais importante para não haver destruição de valor.

Se a organização possui contratos, compromissos e obrigações legais, é muito importante que os cumpra, que a empresa assuma a responsabilidade para evitar que mais adiante se veja envolvida em pleitos judiciais que repercutem na perda de dinheiro público. “Será com a combinação destes fatores que os gestores vão estabelecer o valor ideal da tarifa a ser aplicada aos serviços que oferece, mantendo disciplina financeira e transformando serviço público em modelo de eficiência”, receita Cuéllar Boada.

Entidades integrantes do Conselho Deliberativo do Dmae

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), Associação Riograndense de Imprensa (ARI), Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema-RS), Centro das Indústrias do RS (Ciergs), Conselho Regional de Engenharia do Rio Grande do Sul (Crea), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (Iarg), Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis (Secovi-RS), Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), Sociedade de Economia do RS, Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (Sergs), União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

Saneamento pode gerar mais de meio milhão de empregos por ano

Divulgação/Dmae



Cassilda Teixeira de Carvalho

Engenheira civil, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes)

Encerra-se o ano de 2011 com notícias alvissareiras sobre a saúde financeira do país frente à crise econômica da Europa e dos Estados Unidos. Apesar disso, quando nos referimos a saneamento no Brasil, observamos uma tendência morosa no que tange aos investimentos necessários para dotarmos o país de um sistema adequado com vistas a atender as necessidades da população de abastecimento de água tratada e coleta de esgoto, e definitivamente alcançarmos a universalização do saneamento.

O governo planeja fazer essa universalização em décadas. No entanto, tenho afirmado nos encontros, congressos e reuniões que é possível uma solução em prazo muito menor. O Brasil tem recursos humanos e financeiros suficientes para, em 10 anos, praticar a universalização, ou seja, solucionar o problema de abastecimento de água tratada, recolhi-

mento e tratamento de esgoto de toda a população. Isso, no entanto, depende de boa vontade política e utilização de meios modernos de administração, como, por exemplo, contratar a solução do problema.

Os dados estatísticos divulgados pelo IBGE em recente edição do Atlas do Saneamento continuam demonstrando que metade da população não é atendida por esgotamento sanitário e, do que é recolhido da outra metade, apenas um terço do esgoto é tratado. É uma situação preocupante para a saúde do cidadão e para o meio ambiente, pois a falta de saneamento produz impactos sociais permanentes na vida da sociedade brasileira.

Como já é de conhecimento público, dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que cada real investido em saneamento gera economia de quatro reais na área de saúde. Esses números demonstram



que o país gasta muito mais do que devia com a saúde da população e vive o estrangulamento do setor com frequentes casos gravíssimos de falta de atendimento relatados pela mídia.

Em 2011, por exemplo, o orçamento aprovado para a pasta da saúde foi de R\$ 60,9 bilhões, enquanto saneamento, habitação, desenvolvimento e mobilidade urbana dividiram R\$ 18,5 bilhões. O governo tem demonstrado que está tentando mudar esse quadro. Ao longo do ano, destinou volume maior de investimento para a área de infraestrutura, porém muito aquém das necessidades observadas no Atlas do Saneamento.

Existem ainda outros impactos sociais que mostram a necessidade de maior atenção com o setor: sete crianças morrem todos os dias no Brasil vítimas de diarreia, e mais de 700 mil pessoas são internadas a cada ano nos hospitais públicos em consequência da falta de coleta e tratamento de esgoto. Outros dados informam que, por ano, 217 mil trabalhadores precisam se afastar de suas atividades devido a problemas gastrointestinais ligados à falta de saneamento, e em cada afastamento o país perde 17 horas de trabalho.

Mas também há um dado muito importante para a economia brasileira: cada R\$ 1 milhão investidos em obras de saneamento gera 30 empregos diretos e 20 indiretos, além daqueles que são permanentes a partir do momento em que o sistema entra em operação. Com investimentos

de R\$ 11 bilhões a cada ano, reivindicado pelo setor de saneamento, calcula-se a geração de 550 mil novos empregos no mesmo período.

Tudo isso, no entanto depende de esforço político. Esforço, como o observado nos investimentos liberados para dotar o país de melhor estrutura para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014. O Rio, por exemplo, necessita, entre outras coisas, de tratamento para o esgoto que é lançado na lagoa de Jacarepaguá, localizada em uma das áreas nobres da ci-

to para melhoria da saúde do cidadão e do meio ambiente.

A Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) tem cumprido seu papel. Trabalha incansavelmente para dotar o setor com qualidade de gerenciamento do sistema de saneamento. Anualmente realiza congressos internacionais e nacionais, entre eles o maior e mais importante da América Latina, em que são apresentados mais de mil trabalhos, mesas-redondas, painéis, olimpíadas entre as empresas e programa Jovem

Como já é de conhecimento público, dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que cada real investido em saneamento gera economia de quatro reais na área de saúde. Esses números demonstram que o país gasta muito mais do que devia com a saúde da população e vive o estrangulamento do setor com frequentes casos gravíssimos de falta de atendimento relatados pela mídia.

dade e na baía da Guanabara. São obras importantes com objetivo de preparar integralmente a cidade para receber as Olimpíadas em 2016.

Mas é preciso reflexão. As cidades brasileiras estão recebendo volumosos investimentos para melhoria do transporte público, modernização de aeroportos, novos estádios estão sendo construídos, entre outros. Tudo em função da realização da Copa do Mundo de Futebol. Isso é ótimo, é bom para o país, mas é preciso olhar com mais atenção o setor de saneamen-

to. Mais do que isso: anualmente entrega o PNQS (Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento) às empresas que se destacaram no gerenciamento, como forma de incentivo pela busca da excelência de gestão.

Os esforços da Abes, perseguindo a excelência, preparando, capacitando e especializando, já somam 15 anos. Os critérios do PNQS permitem avaliar o grau de maturidade da adoção dos fundamentos de excelência pelas organizações do setor de saneamento, bem como os processos gerenciais e



os resultados nas organizações como: Boas Práticas de Gestão, Programas de Redução de Perdas, Logística e Suprimentos, Gestão de RH, Gestão Financeira, Gestão por Resultados e Inovação da Gestão em Saneamento (IGS).

Periodicamente surgem novas ideias para resolver o problema do saneamento. Mas, em linhas gerais, ainda é predominante o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), lançado em 1971, marco histórico e institucional para o setor e o mais importante modelo de todos os tempos, tendo possibilitado os mais significativos crescimentos no acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário e sua estrutura.

Em 2011, 40 anos depois do Planasa, surge o Plano Nacional de Saneamento Básico, (Plansab), fruto da Lei 11.445, sancionada em 2007, que sob a coordenação do Ministério das Cidades, em versão preliminar, ainda em discussão, define diretrizes, estratégias e metas nacionais e macrorregionais em busca da universalização e do aperfeiçoamento na gestão dos serviços no país.

O Plansab, disponibilizado em abril de 2011, foi criado com objetivo de orientar a política nacional de saneamento nos próximos 20 anos. Como resultante de um processo planejado e coordenado pelo Ministério das Cidades visando seu aperfeiçoamento, foi promovido no primeiro semestre do ano um ciclo de cinco seminários regionais e duas audiências

públicas para discussão das propostas que integram o documento. A conclusão do debate com a sociedade deveria ter sido finalizada em maio com a realização de consulta pública através da internet, a ser disponibilizada no sítio eletrônico do Ministério das Cidades. Um projeto importante como esse não mereceu a devida atenção do governo.

Quando o Plansab for aprovado em sua etapa final, após avaliação pelos conselhos nacionais de Saúde, de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e das Cidades, e efetivamente for colocado em prática, constituirá o eixo central da política federal para o saneamento básico, promovendo a articulação nacional dos entes da federação para a implementação das diretrizes da Lei 11.445/07.

A Abes entende que 2012 continuará a ser um ano de crescimento para o Brasil e que, nesse sentido, o setor do saneamento poderá se tornar o carro-chefe da política de crescimento econômico, uma vez que traz dentro de si impactos sociais positivos, como o crescimento de ofertas de emprego, o cuidado exigido com o meio ambiente e a melhoria da saúde da população.

O tripé descrito, saneamento-meio ambiente-saúde, se efetivamente priorizado pelo governo, poderá ser o grande alavancador do crescimento econômico e social brasileiro.

É possível.



*A praia de Ipanema já
foi assim. E com a sua
ajuda pode voltar a ser.*



Faça a sua parte pela despoluição da praia de Ipanema.

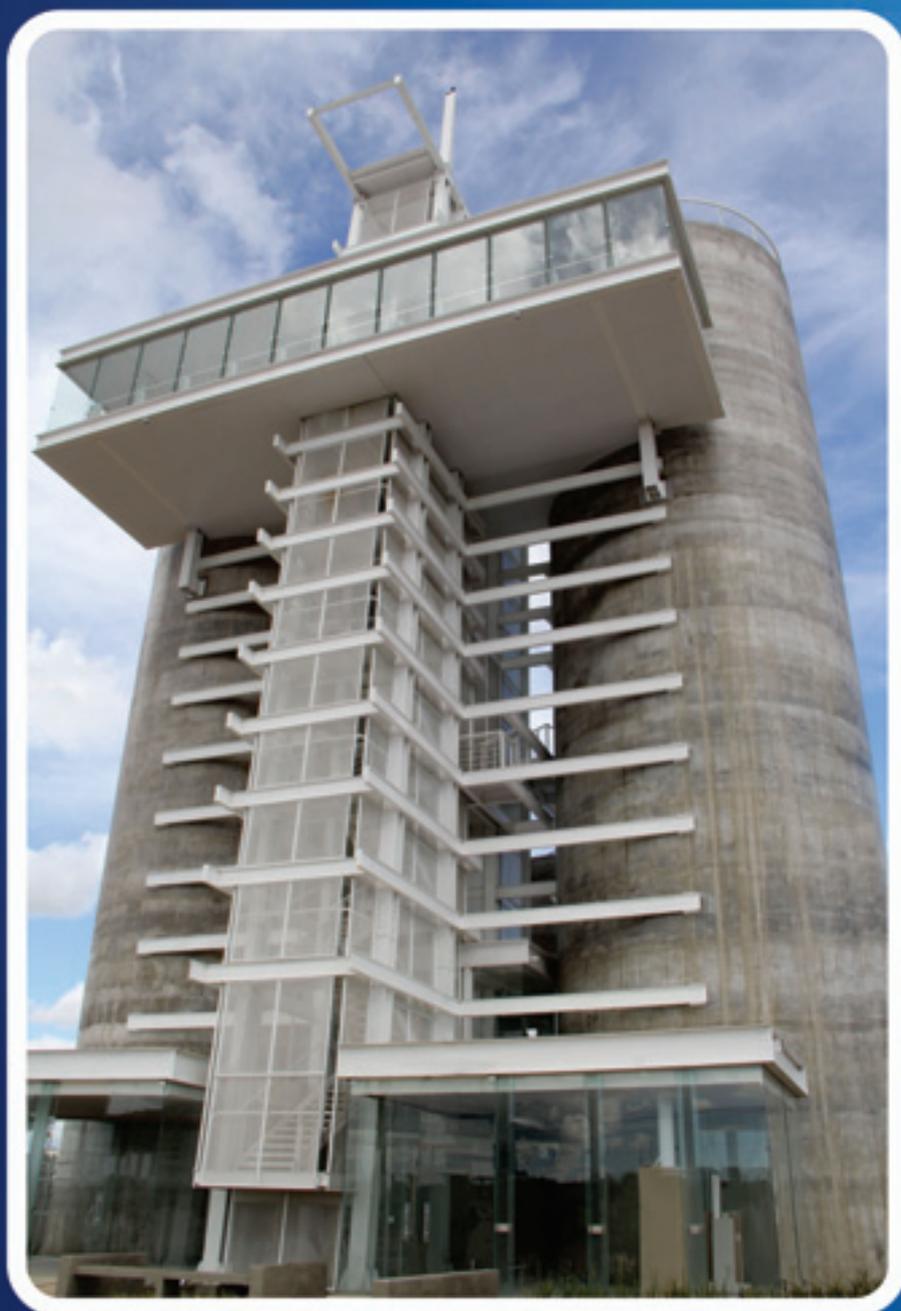
A Prefeitura está trabalhando para recuperar totalmente a praia de Ipanema. O Projeto Integrado Socioambiental (PISA) vai aumentar a capacidade de tratamento de esgoto de 27% para 80% até 2012. Veja algumas atitudes concretas que você pode tomar e que vão ajudar a deixar a Zona Sul cada vez melhor.

- **A ligação à rede de esgoto cloacal é fundamental:** quem não tem o esgoto doméstico ligado na rede pública cloacal, envia a sujeira diretamente para a praia. Por isso, o Dmae está visitando todas as residências e orientando os moradores quando é necessário fazer a ligação, evitando a poluição da praia.
- **Descarte adequado do óleo de cozinha:** nunca descarte o óleo de cozinha diretamente na pia ou no vaso. Acesse www.portoalegre.rs.gov.br/dmlu e veja os postos de coleta.
- **Manutenção de calçadas:** além de ser um dever do proprietário, cuidar da calçada também é uma forma de valorizar e manter limpo o seu bairro.
- **Atenção para os dias de coleta de lixo:** nunca deposite o seu lixo fora dos dias de coleta.

www.eucurtoeucuido.com.br



Dmae em 2012, rumo aos 80% de esgoto tratado



A construção da estação de bombeamento de esgoto do Cristal, com chaminé de equilíbrio e mirante, faz parte do Projeto Integrado Socioambiental (Pisa), que elevará a capacidade de tratamento do esgoto cloacal da capital gaúcha de 27% para 77%. Juntamente com o sistema de esgotamento sanitário Sarandi, que vai contribuir neste contexto com mais 3% no tratamento do esgoto, já em 2012, Porto Alegre terá capacidade de tratar o esgoto cloacal de 80% da população. Do mirante, os porto-alegrenses poderão apreciar o pôr do sol sobre o lago Guaíba.